

DOSSIÊ JEAN-LUC NANCY

APRESENTAÇÃO

[DOSSIER JEAN-LUC NANCY – PRESENTATION]

JOÃO CAMILLO PENNAⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-8844-1374>

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

MÁRCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACKⁱⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-4153-1428>

Södertörn university – Estocolmo, Suécia

VIRGINIA DE ARAUJO FIGUEIREDOⁱⁱⁱ

<https://orcid.org/0009-0009-7967-0042>

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil

O número 17 (ano XI, julho/dezembro de 2007) de *A terceira margem* foi dedicado ao filósofo Philippe Lacoue-Labarthe (Homenagem a Philippe Lacoue-Labarthe 1940-2007). Por desvios que lembram as linhas tortas da escrita de Deus, conforme o ditado, esse dossiê em homenagem ao grande amigo de Lacoue-Labarthe, Jean-Luc Nancy (1940-2021), nascido no mesmo ano, mas que sobreviveu quatorze anos ao amigo, sai também, dezesseis anos depois, na mesma, *Terceira Margem* (v. 27, n. 53, set.-dez. 2023). As duas publicações parecem cumprir um destino esboçado pela exigência da amizade e pela dedicação ao pensamento compartilhado, por esses dois grandes amigos, que viveram intensa (e politicamente) a experiência da comunidade dos amigos.

O dossiê compreende duas partes. A primeira parte é composta de 13 ensaios *sobre e para* Jean-Luc Nancy; e a segunda parte, compreende 7 traduções de textos *de* Jean-Luc Nancy, e uma apresentação mais detida de um deles.

O dossiê se abre com o ensaio de Alice Serra, “Mãos que (não) tocam, seiva e resíduo: Da imagem em Jean-Luc Nancy e Giuseppe Penone” (1.1), que puxa o fio das “mãos” como uma espécie de *leitmotiv* em vários autores, filósofos ou não. Aqui estão reunidos por esse fio: Nancy, Derrida, Husserl, Merleau-Ponty, Giuseppe Penone e Marguerite Duras, mas também as “mãos vermelhas” da gruta de Chauvet e, indiretamente, a lenda de Dibutade. A autora parte de algumas obras de Jean-Luc Nancy (*Le*

poids d'une pensée, L'approche [O peso de um pensamento, a aproximação] [1991; 2008]; *Corpus* [1992]; dentre outras), para ressaltar o vínculo entre pensamento, imagem e corpo, nelas estabelecido. Em seguida, apresenta a questão do “tocar”, um dos temas prediletos do pensamento tardio de Nancy, de maneira negativa: seja através de uma nota de rodapé, numa referência a *Ser e Tempo*, onde Heidegger afirma a impossibilidade de uma cadeira “tocar” a parede; seja abordando o comentário de Nancy à extensíssima iconografia da famosa cena do Evangelho de São João, na qual Maria Madalena é impedida de tocar o corpo do Jesus ressuscitado, no livro *Noli me tangere*.

Na segunda volta do texto, Serra problematiza a questão do toque, sobretudo, apoiada no livro de Derrida *Le toucher, Jean-Luc Nancy* (2000), então, os corpos deixam de manifestar-se como epifania, cindem-se, fragmentam-se, atravessados pela diferença, alteridade e memória, passam a “atuar ou restar como vestígio ou resíduo”. É assim – desconstruindo o fenômeno e até o próprio corpo animado (*Leib*) – que Serra se aproxima das obras do artista plástico, Giuseppe Penone, “para além da centralidade do sensível” e da visão, e até da “centralidade do homem”. Dessas potentes imagens, surge outra materialidade, a dos pinceis, dos lápis, “do gesto da mão que esteve ali e partiu”, como camadas do tempo. Só depois desse “desvio textual”, como ela mesma se refere, ela retorna ao pensamento de Nancy, descobrindo uma Madalena quase-Dibutada.

O ensaio de Caio Paz, “Considerações sobre o comunismo como o comum e a exceção: um debate ontológico” (1.2) relaciona as duas ontologias políticas, de Jean-Luc Nancy e Giorgio Agamben, estabelecendo um nexos entre o comunismo existencial de Nancy e a exceção de Agamben. A articulação é oferecida por Agamben, em *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. O dilema é flagrado por Agamben na correspondência entre Scholem e Benjamin, a respeito de Kafka. Enquanto Scholem defende a existência de uma lei que “vigora mas não significa”, Benjamin “avança no sentido de sua abolição”. É nesse contexto que o autor localiza a referência a Nancy. Para Agamben, Nancy seria o “filósofo que pensou com mais rigor a experiência da Lei que está implícita na vigência sem significado”. O *ser abandonado* de Nancy, o ser lançado na existência de seu “aí”, vazio e sem conteúdo, é aquele abandonado à vigência dessa lei sem significado, que corresponde basicamente ao estado de exceção, retomado por Agamben de Benjamin e de Carl Schmitt. A exceção implícita na abolição da lei se aproxima da noção nancyana de comunidade, entendida como “exceção a um nada mudo”. Escreve Nancy: “comum é

a condição dos não-comuns”.

Há acordo fundamental entre Nancy e Agamben no que toca a “articulação perfeita entre ontologia e política”, no entanto, emergem logo as diferenças, que giram em torno de uma certa leitura da herança heideggeriana nos dois filósofos. Há em Agamben ao mesmo tempo um diagnóstico e uma tentativa de superação da ontologia de Heidegger, que ele entende como última tentativa, grandiosa, sepulcral “mas certamente fracassada” de ontologia hipostática. O paradigma hipostático engloba uma inversão da separação/articulação aristotélica entre essência e existência, mas permanece uma tentativa de fazer convergir uma na outra. Nancy também se inseriria nesse mesmo paradigma, com o seu comunismo existencial. Ao contrário, Agamben teria conseguido escapar do paradigma hipostático com sua ontologia modal; ele conseguiria formular as condições para um estado de exceção efetivo (por oposição ao estado de exceção virtual ou soberano), como queria Benjamin, enquanto o comunismo de Nancy permaneceria ainda sob a égide do estado de exceção virtual. Ambos apontam uma íntima solidariedade entre democracias e totalitarismos, mas ambos tomam direções diferentes a partir desse diagnóstico comum. Nancy critica os totalitarismos e as democracias, conservando o vazio da lei que garante a vigência tanto dos Estados democráticos quanto dos totalitários. Enquanto Agamben consuma esse vazio da lei efetivando o estado de exceção efetivo, que ele vislumbra na ontologia modal, que depõe o estado de exceção soberano, ao neutralizar a distinção entre existência e essência, ou entre *zoè* e *bios*, ambas oposições herdadas de Aristóteles.

Em “Por que é que há todas essas coisas juntas? Ensaio sobre ajuntamentos em Jean-Luc Nancy” (1.3), Carolina Anglada de Rezende percorre várias obras de Nancy, iluminando as relações que o filósofo estabeleceu entre o fazer poesia e a sexualidade. Como fica evidente pela citação no título de uma pergunta que está em *Le poids d'une pensée, L'approche* (1991; 2008), Anglada retoma a questão como uma espécie de mote ou fio condutor do seu ensaio. O que poderia levar-nos a uma interpretação do ser-no-mundo, a autora expõe-nos, não uma Estética, nem mesmo uma Poética, mas o que talvez possamos chamar de uma “Erótica da Poesia”.

Pondo em discussão o texto de Nancy – *L' 'il y a' du rapport sexuel* [O ‘Há’ da Relação Sexual] (2001) – e a tão polêmica quanto famosa afirmação de Lacan, a de que não há relação sexual, além disso, apoiada em muitos autores como Freud e Derrida,

Anglada constrói o argumento acerca “do sentido, do poético e do desejo”, como ela mesma descreve no Resumo. Seu artigo desenvolve-se nesta região movimentada, do ponto de vista da pulsão e do desejo, zona do *entre*, do “ajuntamento”, da dis-con-junção, da existência dis-con-junta das coisas, à qual Nancy dá múltiplos nomes conceituais: “acesso”, “autodeposição”, “zonagem”.

O pequeno ensaio de Clemens-Carl Härle, “L’immémorial. Nancy et le portrait” (1.4) é uma joia rara sobre outro tema favorito de Jean-Luc Nancy que é a questão do retrato, questão essa que se expande até a pintura. Como Härle descreve, “os escritos sobre arte de Nancy testemunham um duplo amor, um amor pela arte e um amor pelo conceito”.

O retrato renascentista italiano inventou a regra (ou a lógica?) que se põe em movimento, não apenas no chamado “retrato clássico”, mas talvez em toda e qualquer pintura ou imagem: a da “mesmidade” (“*mêmeté*”). Esse conceito de Nancy propõe-nos um caminho de leitura que atua mesmo quando acontece de o rosto humano ser representado por uma “mancha ectoplásmica suspensa numa espécie de lama escura”, como é o caso de “Os Reféns” de Fautrier, a que o filósofo dá o nome de “O outro retrato”. Aparentada, mas não reduzida à *mimesis*, a mesmidade é, ao mesmo tempo, aparição e recuo, recolhimento. De um lado, exposição e exibição que interpelam os/as espectadores/as a, diante do retrato, dizerem: “ah! Este é tal!” (“*C’est bien lui ou elle!*”), exatamente como Aristóteles já descrevera o prazer com a *mimesis*, na *Poética* IV. De outro, a mesmidade avança, torna-se retirada, recolhimento na intimidade impenetrável, inacessível da “pessoa” (“*personne*”, que em francês pode querer dizer também “ninguém”): um “outro retrato”. Esse outro retrato é “menos um apelo a uma identidade (memorável) do que um apelo a uma intimidade (imemorial)”, citando Härle citando Nancy. Essa intimidade é inabitável, não vivemos aí e muito menos a conhecemos. O conceito é insuficiente e se cala. O amor à arte e seu secreto silêncio dão-nos o seu testemunho.

Gabriel Rezende propõe em “Roma: a cidade aberta de Jean-Luc Nancy” (1.5) uma reflexão sobre a passagem da filosofia por Roma que, assim, adquire uma forma jurídica. Nessa passagem, a filosofia perde-se da filosofia, caindo na jurisprudência. Partindo do famoso artigo de Nancy “Lapsus judicii” de 1977, o autor busca aclarar a pulsão da filosofia se formular na “absoluta imbricação entre o componente ético e o componente

ontológico”.

A tese que orienta a reflexão é que, enquanto Hegel e Heidegger, cada a um a seu modo, consideram a passagem da filosofia por Roma, ou seja, a jurisdição da filosofia, como perda e queda, Nancy encontra nessa “queda” uma chance para a filosofia. O artigo se desenvolve em três partes: na primeira, mostra, com clareza, as posições de Hegel e Heidegger. Na segunda, apresenta uma reconstrução do argumento de Nancy, passando pelo ensaio “La voix libre de l’homme” [“A voz livre do homem”] (1981;1983), onde Nancy expõe com nitidez como a filosofia surge e urge em um “*il faut*”. Na terceira e última, busca caracterizar os elementos da casuística jurídica romana infectados na filosofia: “a necessidade do acidente, a queda como *casus*, a fórmula e o juízo”. Em jogo está compreender como a filosofia é uma demanda de ética inseparável da finitude desconstruída.

O poema “Isis” (1.6) de Guido Antonio de Almeida, escrito após a leitura do ensaio de Philippe Lacoue-Labarthe, “A verdade sublime”, reencena o célebre exemplo de sentimento de sublime suscitado pela inscrição no portal do templo de Isis (a Mãe Natureza), referido na Analítica do sublime da *Crítica da faculdade de julgar* de I. Kant, para extrair um efeito enigmático surpreendente. O poema conversa com o ensaio contemporâneo de Jean-Luc Nancy, “A oferenda sublime”, também aqui neste dossiê (2.2).

O ensaio de Jacob Rogozinski, “Face à l’immonde” (1.7) é uma espécie de pequeno manifesto em homenagem a Jean-Luc Nancy, assumindo (*prenant le relais*) um dos múltiplos legados do filósofo, dentre os mais relevantes para a nossa contemporaneidade: o problema do mundo, do (nosso) estar-no-mundo. Referindo-se a várias obras: *Le sens du monde* (1993), *L’Impératif Catégorique* (1983), *La peau fragile du monde* (2020), Rogozinski urde um texto que se inicia com a pergunta sobre o que nos aconteceria se o fim de mundo fosse anunciado, não espetacularizado como no filme de Lars von Trier, *Melancholia*, nem, menos ainda, por algum cavaleiro do apocalipse, mas sobriamente anunciado por um filósofo? E mais, se esse fim de mundo anunciado já tivesse acontecido? Se já estivéssemos vivendo no “mundo, imundo”?

Numa importante distinção entre “globalização” e “mundialização”, descobrimos que nem todas as esperanças estão perdidas. Que ainda cabe, ou melhor, é necessário, urgente, acrescentaríamos, “querer o mundo”, pois “só assim poderemos sair do imundo”!

O imundo é o sem-sentido da nossa atualidade globalizada, dos excessos do capitalismo que devora tudo o que é vida; da acumulação ilimitada de riquezas e bens, de um lado, e o avanço da miséria e da fome, do outro. Contra isso, parece nos convocar Rogozinski, via Nancy: vamos querer o mundo, pois querer o mundo “é sempre um protesto contra o imundo”. Vamos defender uma *ecosofia* contra uma *ecotecnia* vigente, destruidora de todas as formas de vida no planeta. Vamos lutar por um mundo que *queira a vida!*

No ensaio intitulado “Making Sense of Community's Pre-normative Meaning” (1.8), o filósofo chileno, Juan Manuel Garrido, ex-aluno e grande amigo de Jean-Luc Nancy, discute a transformação do sentido de sentido em Nancy. Frente aos inúmeros posicionamentos sobre a “crise” do sentido no mundo contemporâneo, Nancy considera que o sentido não pode se perder. “Não há crise de sentido”. Sentido é comunicação nua, circulação sem horizontes, o que se dá e acontece mesmo e, talvez, sobretudo, quando o sentido parece não mais fazer sentido algum. Para aclarar de que maneira sentido não se confunde com significado, por ser uma prática da própria existência, Garrido discute, na primeira parte do seu artigo, a pré-normatividade do sentido em Nancy. Enquanto sua própria comunicação e circulação, sentido é sempre para mais-de-um, pressupondo sempre a existência de uma pluralidade de existências. Comunidade é, para Nancy, a formação comum de sentido e não a deliberação de um sentido comum. É o que acontece na “interação de diferentes singularidades”, existindo sempre *em* comum. Seguindo essas condições não-normativas, o sentido é sempre incompleto e indecidível.

Na segunda parte do ensaio, Garrido expõe como esse entendimento de sentido em Nancy modifica igualmente a relação entre ontologia e política. Defende que, desde a publicação de *A comunidade inoperada* (1986; 1990), a noção de comunidade está enredada numa concepção própria de sentido. Pois é a incompletude e a indecibilidade sempre em movimento do sentido que exibem os limites intrínsecos do político. Nessa exibição, porém, o sentido e a comunidade, que se descobre como comunidade do fazer-se do sentido, expõem a vocação do político como “lida com o aberto”, como resposta à demanda de sentido. Não é um nós que define o sentido da comunidade. É o formando em comum do sentido que marca a “possibilização” de um nós.

Julia Diniz e Carvalho em “Touching bodies: Reading Jean-Luc Nancy alongside Husserl” (1.9), parte do insight derridiano de que o pensamento do corpo em Nancy, esse desdobramento essencial de sua obra, deve ser lido a contrapelo da fenomenologia

husserliana. O ensaio explora a distinção husserliana entre *Leib* (corpos vividos) e *Körper* (corpos estendidos). A distinção surpreende, pois, para Husserl *Leib* não é apenas um *Körper* dotado de animação e movimento próprio. Para ser *Leib* é preciso que o corpo seja dotado de sensações localizadas. *Leib* só é *Leib* por meio do contato com outro corpo. Husserl, por outro lado, permanece fiel à *res extensa* cartesiana; a coisa material é destacável, separável, *partes extra partes*, por oposição aos humanos ou outros animais que não podem ser fragmentados. No correr do acompanhamento do argumento husserliano, Julia Diniz e Carvalho, cita um exemplo que não está exatamente em Husserl, mas que interessa a Jean-Luc Nancy. “Nesse sentido, um órgão vital – digamos, o coração – uma vez fragmentado [i.e. retirado] de um corpo animal, deixa de ser um *Leib* (e é apenas um *Körper*)”. Ora, em “O intruso”, neste mesmo dossiê (2.3), Jean-Luc Nancy reflete sobre a experiência do transplante de coração, matriz quem sabe da hipótese de um corpo por definição fragmentado, exterior e espaçado, onde a oposição *Leib/Körper* deixa de fazer sentido. Ora, em Husserl, o tocar (*le toucher*) tem um papel essencial na passagem de *Körper* a *Leib*. Todo o artigo gira em torno do exemplo das mãos que se tocam, retomando uma cena já discutida por Alice Mara Serra (1.1). As mãos que se tocam são partes de um corpo ao mesmo tempo visto e tocado, onde o contato com o “próprio” corpo torna possível definir um dentro e um fora, uma exterioridade e uma interioridade.

É exatamente nesse ponto que Nancy radicaliza o *Leib* husserliano. Para ele não é possível pensar em termos da divisão *Leib/Körper*. Isso porque para Nancy não existe toque sem separação (*écartement*), sem a passagem ao exterior. “[...] curiosamente [...] as célebres análises do ‘tocar-se’ retornam sempre a uma interioridade primeira. O que não é possível. É preciso que eu esteja em exterioridade para me tocar. E o que eu toco permanece fora”. Assim, o tocar-se nancyano transforma radicalmente o tocar-se husserliano, ao estabelecer que não existe tocar sem desvio, sem passar por um fora. Tocar para Nancy não retorna a si mesmo, passamos definitivamente para o exterior, por um intervalo ou separação.

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida e Manoel Carlos Uchôa de Oliveira, em “O risco do jurídico: o paradoxo da comunidade no limiar entre Jean-Luc Nancy, Roberto Esposito e Jacques Derrida” (1.10), passam sob escrutínio a relação sempre equívoca entre o que constitui a comunidade, mantendo-a unida, e algo que a ameaça de dentro ou

de fora. O século XXI viu surgir uma série de reflexões sobre o elo intrincado entre comunidade e imunidade, motivadas, segundo os autores, por um novo estatuto dos estados-nações modernos, doravante atravessados por fluxos de refugiados, imigrantes ilegais e asilados. O que determina uma intervenção equívoca do direito que passa a atuar como mediação conjuntiva e disjuntiva, de maneira frequentemente violenta. O conceito desenvolvido por eles de “risco jurídico” consiste na tensão entre essas duas violências. Os três pensadores examinados no ensaio elaboram reflexões que espelham esse novo estado de coisas e o estatuto sempre equívoco do jurídico. Assim, a concepção não-substancial da comunidade, pensada por Jean-Luc Nancy, desenvolve o ser-com heideggeriano, mas destituído do “risco comunitário” e autoritário implicado na sua identificação com um *povo* devidamente imunizado, como aparece em Heidegger. Roberto Esposito, por outro lado, esmiúça o aspecto jurídico que atravessa a relação intrínseca entre biologia e política, esboçada por Foucault, ao avançar a relação entre imunidade e direito (*bíos* e *nómos*), desdobrando o modelo hobbesiano da comunidade dividida em si mesma. E por último, Jacques Derrida, ao utilizar a categoria de autoimunidade em uma entrevista realizada na sequência da explosão das torres gêmeas no 11 de setembro. Diga-se de passagem, não é ocioso lembrar, que certamente uma das fontes do motivo para Derrida seja um pensamento dirigido ao amigo Jean-Luc Nancy, que discute em “O intruso” (2.3) o papel radicalmente paradoxal em sua vida desempenhado pelos imunossuppressores, após o transplante de coração a que foi submetido. Mais uma vez, o que está em jogo aqui é uma reflexão que relaciona biologia e política: os estados-nações são atacados pelas mesmas forças que o defendem. Todas essas reflexões são assombradas pelo risco do fechamento da comunidade à imunização completa, e a consequente eliminação de qualquer alteridade constitutiva da comunidade, ao proteger a sociedade da violência *pela violência*, destruindo-a assim enquanto tal.

No ensaio “O exílio do comum” (1.11), Marcia Sá Cavalcante Schuback discute o motivo do “exílio”, esboçado sobretudo na conferência de Jean-Luc Nancy, “A existência exilada” (aqui também, em 2.4), em relação ao pensamento do ser-em-comum, da comunidade, do ser-com. O fio da reflexão é a questão da medida, uma medida que, não obstante subsistir comum a todos, é, ao mesmo tempo, comum a cada um enquanto parte única. Mas o que acontece com o pensamento do ser-em-comum e da comunidade quando o ponto de partida é a experiência do exílio, a experiência de ser-com o sem e ser-sem o

com? Como a medida do exílio pode ajudar a pensar o exílio da medida no mundo contemporâneo, um mundo violentado pela desmesura do mundo? E como essa medida pode nuançar o pensamento de Nancy sobre a comunidade?

Examinando como, no pensamento de Nancy, o motivo do exílio se desenvolve sobretudo em termos do abandono de ser, o artigo conjuga as notas sobre o exílio na conferência supracitada e traduzida no presente volume, com os pensamentos sobre o abandono de ser publicados no livro de 1983, *L'Impératif Catégorique* [*O imperativo categórico*], explorando o deserto desse abandono. O ensaio busca mostrar que, no mundo violentado pela desmesura do mundo, o exílio do comum faz no entanto aparecer um sentido exílico da existência, um sentido transitivo de ser e a busca de dizer o indizível de um “com” que se pratica como verbo.

O ensaio de Pedro Carvalho Moreira, “O silêncio do retrato” (1.12), é uma análise da obra *Retratos Silenciados*, do artista brasileiro Dalton Paula, orientada principalmente por dois conceitos de Nancy, que são, em parte, indicados no subtítulo: “Da sobreposição dos sentidos ou a implicação da *methexis* na *mimesis* em Jean-Luc Nancy”. Como acontece frequentemente com Nancy, vemos o conceito de *mimesis* ampliar-se de modo inédito, para além da ideia tradicional de imitação, através da *methexis* (participação), entendida não só como a partilha dos sentidos, mas também participação *desejante* dos espectadores/as nas obras, como só uma “Erótica da imagem” (nome pelo qual Moreira designa originalmente o pensamento de Nancy sobre a imagem) é capaz de revelar.

A fim de diferenciar o “silêncio”, característico de toda imagem, do “silenciamento” dos retratados nas fotopinturas – “gênero popular de pintura encontrado dentro de salas de milagres em capelas e igrejas espalhadas pelo país como peças de ex-votos” – de Dalton Paula, Moreira conduz-nos a uma poderosa discussão que começa com o problema da imagem em Nancy, da *imago* romana, passando pela noção moderna (em decomposição) da subjetividade e culmina com uma profunda reflexão sobre as relações da fotografia com a morte, a finitude, o testemunho e a cura. É assim que Moreira nos faz ouvir o grito de Paula.

(1.13) Philippe Choulet, amigo e colega estrasburguês de Jean-Luc Nancy, nos cedeu com generosidade essa bonita homenagem à Nancy, escrita sob a forma de um discurso fictício de Espinosa para receber Nancy no panteão dos filósofos, após a sua morte. Escolhido para acolher Nancy foi Espinosa, o filósofo judeu solitário, não obstante

avesso a todo tipo de institucionalização, aceitou a tarefa por ser Nancy. No discurso, Nancy é logo acolhido como “meu caro modo finito” e Espinosa não tarda em marcar a sua profunda admiração, mas também diferença entre seus pensamentos. A diferença de princípio é relativa ao ponto de partida: Nancy parte do *cogito*, das criaturas, da natureza naturada, ao passo que Espinosa começa com “o Deus substância única e infinita” e com a natureza naturante. Não obstante, Espinosa logo se reconhece na paixão de Nancy pelo “infinito da finitude”. E mesmo que, para o primeiro, esse infinito esteja colocado no desejo de conhecimento e, para Nancy, esteja situado mais no pensamento e na arte, ambos são filósofos da paixão pela finitude.

Espinosa faz uma pequena lista dos temas centrais da obra de Nancy em que ele se reconhece imediatamente: o *corpo*, com suas potências desconhecidas, a *alma* que ambos entendem, trazendo Nietzsche para as suas companhias, como “a série múltipla das ideias múltiplas do corpo”, a *democracia*, a *liberdade* como “necessariamente ligada à necessidade” e sobretudo a *alegria*, compreendida por ambos como profundamente atada à eternidade. Espinosa reconhece ainda como Jean-Luc Nancy viveu o que pensou e pensou o que viveu, na história de seu modo próprio de ser finito, no seu “modo de presença: intensidade, concretude, compacidade, densidade”, nas doenças do seu corpo, na abertura de seus contactos, na criação de seus pensamentos. Pronuncia com orgulho: “você é um espinosista”, o que redime Nancy de seu heideggerianismo e idealismo de base cristã. Nancy espinosista é aquele que exerceu nos vários âmbitos da vida o imperativo da finitude expresso nas palavras de Nietzsche no dito: “seja bem feliz (*bienheureux*) e em seguida faça o que você deve fazer”.

(2.1 e 2.2) A segunda parte do dossiê, composta de traduções de textos de Jean-Luc Nancy, abre-se com uma apresentação escrita por Virginia de Araujo Figueiredo do texto de Jean-Luc Nancy, “A oferenda sublime” (1988), seguida pelo próprio ensaio de Nancy, em tradução inédita para este dossiê de Cecilia Cavalcante Schuback. Em “Apresentação de ‘A Oferenda sublime’ (O sublime como experiência da liberdade ou Após a leitura de ‘A oferenda sublime’ de Jean-Luc Nancy)”, Virginia de Araujo Figueiredo chama a atenção para a afinidade com o ensaio de seu amigo, Philippe Lacoue-Labarthe, “A verdade sublime” (ambos publicados na antológica coletânea *Du sublime*, em 1988), na medida em que ambos desafiam a tradição da apresentação negativa do sublime.

Depois de examinar vários temas característicos da “Analítica do sublime” de Kant, como o disforme, a totalidade, o infinito e o ilimitado, Jean-Luc Nancy propõe-nos uma tão original quanto venturosa interpretação do sublime como ato ou movimento inaugural da liberdade. Esse sentimento estético que, em Kant, era sublimado pela moralidade, que restabelecia assim a primazia sistemático-metafísica da razão, em Nancy, liberta-se para encontrar-se nessa arte que vibra “poderosa, [...] suave, exigente, contínua [e] aguda [...] em telas, quadros, músicas, danças, escritas [...] oferecidos a nós.”

(2.3) “O intruso” (2000) é um texto-limite escrito por Jean-Luc Nancy *a partir* da experiência de transplante de coração que realizou em 1992, a que se seguiu um linfoma. A sua republicação neste dossiê é também uma homenagem ao seu tradutor, Aluisio Pereira Menezes (1946-2020), que o traduziu quando de sua primeira publicação no Brasil na revista *polichinelo* (em 2014). Difícil delimitar o gênero desse texto, nem um relato, nem uma narrativa factual, ou qualquer coisa que pudesse ser chamada de representação da cirurgia (“já existe uma história das representações do transplante”). Trata-se antes de mais nada de uma reflexão abissal sobre a experiência de expropriação do transplante, que implica em um radical deslocamento do sujeito de enunciação, o “eu, doravante “exteriorizado”, “estranho”, “estrangeiro”, acometido de aspas (“eu”) incisivas, que marcam a precariedade que o faz vacilar sempre por esse intruso interior/exterior que o ocupa e atravessa. O “eu” que escreve e revê a experiência pela qual passou é exteriorizado nesse órgão, sem o qual ele não é. “Recebi, portanto, o coração de um outro, em breve fará uma dezena de anos” – o que se deposita nesse texto é algo como uma estrangeiridade intrínseca indissociável do “eu” (ou de um “eu”), que só consegue se fechar em si mesmo se abrindo sempre para o outro. (“De repente, a minha sobrevida está inscrita num processo complexo tecido de estrangeiros e de estranhezas”.)

O texto “A existência exilada” (2.4) (2001), aqui traduzido por Márcia Sá Cavalcante Schuback, é a transcrição de uma palestra proferida por Jean-Luc Nancy num colóquio sobre psicanálise e exílio, ocorrido em Veneza no ano de 2011, que contou com a participação entre outros de Massimo Cacciari e Moshé Idel. É o único texto em que trata especificamente do tema do exílio. Seu ponto de partida é o reconhecimento do exílio como um *topos* clássico do Ocidente e da filosofia, que desde a Antiguidade pensa a existência como existência exilada. É o *topos* da existência humana como passagem, o *topos* da finitude humana. De Odisseu ao homem moderno marcado pelo seu

desenraizamento ontológico e “apagamento”, conjugando as tradições judaica e cristã, dá-se, no entanto, uma transformação desse *topos*. O homem moderno é aquele que conhece o exílio radical e sem retorno e sem asilo. Um exílio sem fim.

Nancy propõe uma outra visão do exílio como “saída para fora do próprio”. Trazendo a tensão entre exílio experienciado moderna e contemporaneamente como extermínio e expropriação absoluta e exílio assumido como proliferação de novas oportunidades nas migrações, movimentos e misturas, Nancy urge o abandono das várias dialéticas do exílio, da tentação da dialética para pensar o exílio. Nesse abandono, torna-se possível reconhecer o “ex” do exílio como o seu próprio, o próprio como exílio, uma propriedade que poderia ser chamada de asilo. Rabisca a tarefa de pensar o próprio como exílio e asilo, delineando como lugares do asilo no exílio: o lugar do corpo, da linguagem e do junto. Com esse texto breve e denso, Nancy nos presenteia com uma tarefa e demanda de pensamento e não com pensamentos concluídos.

(2.5 e 2.6) “Teo-po” e “O estrondo comum” são dois pequenos textos de Jean-Luc Nancy datados de 2013, enviados ambos por e-mail a Vinicius Nicastro Honesko, que os traduz para esse dossiê. Neles ecoa quem sabe algo do espírito das manifestações de rua que ocorriam naquele ano no Brasil. Ambos os textos refratam a grande tese de Jean-Luc Nancy sobre a política, retomada por ele em todos os seus textos sobre o tema, segundo a qual a política, identificada à democracia, consiste em uma invenção grega, contemporânea da invenção da filosofia, que se institui com o “fim das presenças divinas: cultos agrários ou teocráticos” (2009, p. 80). Essa *mutação* será mais uma vez retomada no que toca a filosofia, em seu último texto, “‘O fim da filosofia e a tarefa do pensamento’ (O outro começo da filosofia)” (aqui também, em 2.8). Para ele, portanto, toda a pregnante questão hoje em dia, mas tudo leva a crer, desde sempre, da “aliança” entre o divino e a política, que constitui o próprio campo da teologia-política, não passa de um “erro” ou um “absurdo” que prejudica o pensamento. Teologia e a política se constituem enquanto campos separados pela autonomia e a independência uma da outra: “[...] a política se funda numa autonomia integral (soberana) da instituição de um povo que se declara tal, enquanto a teologia se funda sobre a autonomia de uma interrogação a respeito do objeto nomeado ‘deus’ em relação ao qual não se pressupõe nada mais do que seu nome. Uma não tem nada a ver com a outra”. Nancy repassa então casos flagrantes que poderiam ser vistos (e frequentemente o são) de aliança ou consubstancialidade entre as

duas esferas, para demonstrar sempre a sua separação constitutiva. Assim, as três religiões abraâmicas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo; as monarquias francesa e inglesa, a “religião civil” norte-americana não correspondem de fato a modelos teológico-políticos. O que é verdade inclusive para os dois pensadores que instituíram a fórmula: Espinosa e Carl Schmitt.

“Estrondo comum” é um ensaio extremamente denso que parte exatamente da mesma tese: a invenção grega da política ocorre quando “uma coletividade reunida” passa a ser governada por si mesma e não mais por uma “autoridade divina”. A “política”, como a concebemos, deve ser entendida, então, como “reativação” e “revisitação” dessa história. Mas aí começam os nossos problemas: a *pólis* que deu origem à política já não faz nenhum sentido para nós hoje, o seu sentido precisa ser reinventado. E o problema de fundo consiste no fato de que a “separação” inicial e constitutiva da “política” nunca foi inteiramente abolida nem verdadeiramente mantida. A história da política assistirá a momentos decisivos em que essa separação sempre precária será abolida, consumando-a, e fazendo-a desaparecer. É o caso do conceito de “república” ou de “Estado” definido pela divisão entre o mundo tornado reino de Deus e o mundo dos homens. A soberania popular, a que chamamos democracia, abole essa separação ao deixar de identificar-se à transcendência de um rei. A política nesse ponto instala uma “deiscência” entre, de um lado, o exercício dessa “república” ou “Estado”, entendido como nação, e, de outro, uma “instância figural, autoritária e separada” que visa a fazer desaparecer toda e qualquer separação, passando a ocupar todas as esferas da existência comum. É o que reconhecemos sob o nome de “revolução”.

As múltiplas formas de ocupação integral de “todas as esferas da existência comum”, humana e não-humana, que um dia denominamos de “comunismo” se desdobram em mitos, ideologias, o conforto da “equivalência geral do valor de mercado”, que saturam completamente o espaço de sentido. É nesse ponto, quando tudo parecia perdido, que Nancy vislumbra uma saída para nós: essas formas “de completude ou de saturação”, que não conseguem mais se legitimar por argumentos naturais ou sobrenaturais, hoje em dia, abrem-se a um novo sentido de política: a revolta, que deve ser oposta à “revolução”. Enquanto esta se define precisamente pela “abolição integral da separação de sua instância”, a revolta “não promete tanto” e não implica em “tão grandes riscos”. A revolta, sem ter a ambição da “revolução” protesta a respeito do fato básico de

que hoje a existência se tornou insustentável. Maneira de produzir um espaço de circulação de sentido e não de circularidade do tudo equivale a tudo. “A revolta não discursa, ela *estronda*”. Ela rosna, berra, ruga. A revolta é o estrondo do comum, uma corrente subterrânea que faz tudo tremer.

“Será que isto que estou te escrevendo é atrás do pensamento? (diálogo com *Água Viva*, de Clarice Lispector)” (2.7), publicado aqui na tradução de Isadora Bonfim Nuto, é o texto de uma conferência de 2020, que se interroga sobre o processo de escrita e a escrita como processo de endereçamento, em proximidade com a escrita de *Água viva* de Clarice Lispector. Escrever é uma forma de fala no presente que se dirige a um outro e se escreve, agora, com este outro. “Escrever-te, a quem?” é a pergunta por onde se inicia o texto ao interrogar-se sobre a natureza enigmática do endereçamento. Quem é este “te” ou “você” a quem se escreve? Clarice Lispector ou todo e qualquer leitor que se coloque na posição de receber esse texto? Quem é esse “você” que desconhecemos ao escrever e que nos conhece por intermédio desse intervalo por meio do qual a nossa relação se faz? A escrita é dêitica, trata-se de um “isto”, inscrito no presente do indicativo e endereçado a “você”; ela é essencialmente indireta, mobilizando as preposições “a” e “com”. Escrevemos desde a exterioridade de uma relação com este fora que consiste na própria interioridade paradoxal da escrita. Este “fora” é ao mesmo tempo espacial e temporal: a escrita se dá no instante descontínuo que Clarice Lispector chama de “é”, e que Jean-Luc Nancy afirma não ser o ser.

O “eu” que escreve é também o “eu” que lê, leitura e escrita, “eu” e “você”, consistindo em posições reversíveis, permutáveis, mas nunca indiferentes. Este fora, espaço e tempo, exterioridade e instante, “existência muda”, é a matéria palpável que nos separa e une; é o que Clarice denomina “Atrás do pensamento”, o primeiro título do que depois virá a ser *Água viva*. Nancy o traduz como real, ou pulsão, recorrendo ao vocabulário da psicanálise. “O que te escrevo é um ‘isto’. Não vai parar: continua”. A escrita é contínua em sua descontinuidade; escreve-se a quem lê, mas um livro se continua em outro; cada livro, escrito por autores diferentes, se inscreve nesse mesmo processo que contém um chamado e um gesto de amor. “*Só no ato do amor*: essa assonância, essa aliteração, é apenas você que a canta, aqui, neste instante”. A escrita é batimento rítmico, assonância e aliteração, que rima os instantes de um chamado que chama por “você”. A conferência de Jean-Luc Nancy é uma performance que performa a escrita, descrevendo

o processo no ato de se realizar, e se realiza de maneira sempre diferida, a um destinatário e um destino por vir.

(2.8) Fechando o dossiê, “‘O fim da filosofia e a tarefa do pensamento’ (O outro começo da filosofia)”, traduzido por Márcia Sá Cavalcante Schuback, é o último texto de Nancy, escrito em julho de 2021, praticamente um mês antes de falecer aos 23 de agosto do mesmo ano. Foi publicado na revista digital *Philosophy World Democracy*. O título é uma citação de Heidegger que Nancy retoma não para discutir as posições de Heidegger e sim o sentido de um “fim da filosofia”. Faz uma espécie de balanço do uso da palavra filosofia e de suas práticas verbais. “Filosofia”, diz ele, “refere-se hoje a diversas misturas de águas mornas do bom senso, do desejo de fazer bem e de um suposto saber dos mecanismos do mundo”. Hoje, quando verdade não passa de “opinião”, como encontrar sentido na busca da verdade que marcou a filosofia nas variadas culturas?

Sem defender a filosofia como uma prática exclusivamente ocidental, Nancy observa como ela se pronuncia em grego nesta palavra enquanto uma tremenda ruptura civilizacional, uma mutação ontológica. Segundo ele, filosofia nasce como a necessidade de fundar uma ordem de mundo quando não há mais nenhuma ordem disponível seja sagrada, social ou cósmica. Faz um “sumário irônico” até da história da filosofia ocidental enquanto autofundação e projeto de trazer para uma referência a si todas as instâncias do real.

A colonização mostra-se como a violência multifacetada de referenciar todas as camadas do real ao Ocidente. É o “desejo fanático de autorrealização” do Ocidente que arrebenta mundo, os outros e o seu próprio. É ainda como esse desejo fanático que a filosofia ocidental não se dissocia da técnica moderna. Em questão está a alteridade. Se o resumo irônico da história da filosofia como desejo de autorrealização, autofundação, e autoreferenciação atesta a história de uma violência fanática contra a alteridade, essa mesma violência também revela, *ex negativo*, não só o outro como ameaça, mas sobretudo a força incontável da “alotropia do real”. A tarefa do pensamento seria então começar pelo reconhecimento não tanto da realidade do outro, mas sim da alotropia do real, da “distensão irreduzível do ser”. Para isso, urge uma “allo-logia”, ou com as palavras de Chuang-Tsé, citadas por Nancy, uma fala que faz a experiência de como “o ponto culminante do discurso se situa num modo de expressão que seria ao mesmo tempo não-silêncio e não-fala”.

Compondo o dossiê temos ainda quatro pinturas da artista plástica e poeta Raissa de Goés. A ela os nossos agradecimentos.

Os editores do dossiê Jean-Luc Nancy gostariam de agradecer ainda, aos dois editores da *Terceira margem*, Eduardo Losso e Danielle Corpas, assim como à editora assistente, Kelly Stenzel Pereira de Souza, o acolhimento recebido. Sem eles esse projeto não teria podido vir à luz.

Referência bibliográfica

NANCY, Jean-Luc. *Démocratie finie et infinie*. In: AGAMBEN, Giorgio et alii. *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009.

ⁱ **João Camillo Penna** é professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada da UFRJ. Doutorado em Literatura Comparada, na Universidade da Califórnia, Berkeley. Autor do livro de poesias, *Parador* (2011); e dos livros de crítica: *Drummond: testemunho da experiência humana* (2011), *Escritos da sobrevivência* (2013), *O tropo tropicalista* (2017). Tradutor de Georges Bataille, Philippe Lacoue-Labarthe, e Jean-Luc Nancy. **E-mail:** jcamillopenna@gmail.com

ⁱⁱ **Márcia Cavalcante Schuback** é professora titular de filosofia em Södertörn university, em Estocolmo, Suécia. Entre 1994 e 2000 foi professora adjunta do IFCS/UFRJ. Editou junto com Jean-Luc Nancy *Being with the without* (Axel Books, 2013), *History, today*, dossiê especial de Philosophy Today (Chicago, 2016). Entre suas publicações, *Time in exile: in conversation with Heidegger, Blanchot and Clarice Lispector* (SUNY, 2020), *O fascismo da ambiguidade* (UFRJ: 2021), *Atrás do pensamento, a filosofia de Clarice Lispector* (Bazar do Tempo, 2022). **E-mail:** marcia.cavalcante@sh.se

ⁱⁱⁱ **Virginia de Araujo Figueiredo** é professora titular aposentada do Departamento de Filosofia da UFMG. Possui Graduação em História (1978) e Mestrado em Filosofia (1987) pela PUC-RJ; Doutorado em Filosofia pela Université de Strasbourg (1994); Pós-doutorado no Boston College (2003) e na Université Marc Bloch de Strasbourg (2010). Trabalha principalmente na área de Estética, com ênfase nos seguintes temas: Arte e Ontologia, Poéticas no Idealismo Alemão e Estéticas Contemporâneas. Autora do livro *Horizontes do Belo*, Editora da UFMG, em 2017. **E-mail:** virfig1955@gmail.com